



Agência Petróbras

Senadores buscam acordo para divisão dos royalties

Base governista tenta construir entendimento até maio. Oposição anuncia que não discutirá projetos em regime de urgência

O líder do governo, Romero Jucá, disse que, sem acordo, a distribuição dos royalties poderá ser votada somente após as eleições. Arthur Virgílio advertiu que o PSDB só concordará em participar dos debates se a questão dos royalties for tratada juntamente com os demais projetos. Fernando Collor defendeu urgência para os projetos do pré-sal, tema debatido também por Inácio Arruda, Mão Santa e Renato Casagrande. **5**

Plataforma P-52 deixa o estaleiro rumo à Bacia de Campos; divergência sobre regras para distribuição de recursos oriundos da exploração do petróleo mobiliza senadores da base governista e da oposição



José Luiz

Governo não pensa em estatal para fertilizantes

Durante audiência pública ontem na Comissão de Agricultura, o ministro Reinhold Stephanes disse que o governo federal não pensa em criar uma estatal para explorar jazidas minerais usadas na produção de insumos e fertilizantes agrícolas. **8**

Ministro Reinhold Stephanes (D) participou de debate sobre uma nova política nacional de fertilizantes e descartou criação de estatal para explorar jazidas minerais

Consenso sobre águas subterrâneas **7**

Guarani-kaiowás pedem socorro **6**

Envolvidos no caso Bancoop falam na terça a duas comissões

Os envolvidos em denúncias de irregularidades no uso de recursos da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) de São Paulo devem ser ouvidos por duas comissões do Senado na próxima terça-feira. **3**

Gerardo Viegas



Gilmar Mendes (E) entrega a Sarney o Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal

Senado recebe plano para reformar a legislação penal

Proposta para reformar a legislação penal e melhorar a situação da Justiça Criminal foi entregue ontem pelo presidente do STF, Gilmar Mendes. **2**

Presidente do Supremo entregou ontem ao presidente do Senado documento do Conselho Nacional de Justiça com propostas de mudança na legislação penal

Gilmar entrega plano de Justiça Criminal a Sarney

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal. O documento, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), traz uma série de propostas para reformar a legislação penal e melhorar a situação da Justiça Criminal no país.

O plano tem 154 páginas e contém resoluções e anteprojeto de lei com alterações e inovações no sistema penal, como o monitoramento eletrônico de presos com prisão domiciliar; a permissão de pagamento de fiança para diversos crimes con-



Gilmar Mendes e José Sarney: propostas podem integrar reforma do CPP

siderados mais graves, inclusive os crimes financeiros; e o direito de voto aos presos provisórios.

Na avaliação de Gilmar Mendes, as propostas podem ser integradas ao projeto de Código de

Processo Penal (CPP) que tramita no Senado, mas se a Casa "entender que o CPP vai demorar a entrar em vigor, nós preferimos que seja aprovado enquanto lei autônoma", disse.



Marconi, o ministro Orlando Silva, Jucá e Demostenes em reunião na Presidência

Urgência para projeto que muda relação entre clubes e atletas

O 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, assegurou ontem ao ministro do Esporte, Orlando Silva, e aos dirigentes dos principais clubes de futebol do país que, no máximo até a próxima semana, a Casa votará o projeto que muda a Lei Pelé (Lei 9.615/98), garantindo aos clubes maior vinculação com os jogadores de futebol que tiverem formado. Segundo o ministro, o projeto ajusta a relação entre clube e atleta e estabelece a responsabilização

dos dirigentes esportivos.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deverá apresentar requerimento para que a proposta (PLC 9/10) tramite em regime de urgência.

O presidente da Comissão de Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apoiou a aprovação do projeto na maior brevidade possível, antes que os debates sobre as propostas que tratam do petróleo da camada pré-sal se tornem o centro das atenções dos senadores.

Mudanças na Lei Pelé serão debatidas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, em data a ser definida, vai debater o Ato Olímpico e as mudanças propostas pelo governo na Lei Pelé (Lei 9.615/98), que trata da vinculação dos clubes com os jogadores de futebol que tiverem formado.

Antes da lei, o clube era proprietário dos direitos federativos dos atletas. Agora há, entre clube e atleta, um contrato de trabalho. A nova regra proposta (PLC 9/10) cria um "direito de preferência" para o primeiro clube do jogador de futebol.

Ontem, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, recebeu o ministro do Esporte, Orlando Silva, que veio defender a aprovação do projeto que muda a Lei Pelé. A lei recebeu esse nome porque foi proposta quando Pelé era ministro.

Marconi pede demissão de dois diretores

O vice-presidente do Senado, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde (SIS) – plano dos servidores do Senado –, sugeriu ao presidente José Sarney a demissão, dos cargos em comissão, de Fábio Rezende Scarton Coutinho, diretor do SIS, e de Paulo Roberto Rodrigues Ramalho, diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams).

Marconi afirma que os diretores não informaram ao conselho sobre a auditoria da Secretaria de Controle Interno do Senado, iniciada em 14 de agosto de 2009, revelando irregularidade em contratos de credenciamento celebrados pelo plano de saúde.

Internet usada para atos oficiais

A utilização da internet como veículo de comunicação oficial deverá ser analisada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O projeto (PLS 323/06), do senador Demostenes Torres (DEM-GO), obriga a União a fornecer recursos técnicos aos estados e municípios interessados em utilizar a internet para divulgar seus atos. O objetivo, segundo Demostenes, é criar uma cultura de transparência baseada na rede mundial de computadores.

Anísio Teixeira é homenageado

Anísio Teixeira (1900-1971), considerado um dos pioneiros da implantação da escola pública no país, foi homenageado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE). Integrante do movimento Escola Nova nas décadas de 1920 e 1930, ele defendia que o Estado deveria oferecer a todos uma educação gratuita e laica. "A influência de Anísio Teixeira sobre a educação brasileira foi imensa", disse na homenagem a professora e mestre em Educação Tecnológica Zuleide Araújo Teixeira.

Senado pode ter estágio-visita

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de resolução que institui o estágio-visita no Senado. A proposta (PRS 11/09), do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), pretende combater um dos fatores que ele considera responsáveis pela crise de credibilidade enfrentada pelos políticos: a falta de conhecimento sobre a vida parlamentar. O estágio-visita, já usado no Judiciário e na Câmara, tem no máximo cinco dias corridos, com visitas orientadas e participação em palestras.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Aniversário de 40 anos da TV Verdes Mares

14h A sessão é deliberativa. A hora do expediente será destinada a homenagear os 40 anos de fundação da TV Verdes Mares, de Fortaleza. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 18/09, proveniente da Medida Provisória 470/09, que destina R\$ 6 bilhões à Caixa e R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil; e pela MP 471/09, que concede incentivo fiscal a montadoras instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Presidência Sarney recebe reis da Suécia

9h José Sarney participa de cerimônia de colocação do retrato do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) na galeria de presidentes da CCT. Às 10h, recebe o rei Carlos XVI Gustavo e a rainha Sílvia, no Salão Nobre da Casa, em companhia do presidente da Câmara, Michel Temer. Em seguida, encontra-se com Sarney Filho e deputados da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Às 13h, participa de almoço no Itamaraty, oferecido pelo presidente Lula aos reis da Suécia. Preside a ordem do dia às 16h.

CCT Galeria de ex-presidentes da comissão

9h Cerimônia de colocação de retrato do ex-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

CE Debate de propostas para a cultura

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte debate propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura. Estão convidados, entre outros, o coordenador-executivo da 2ª Conferência Nacional de Cultura, João Batista Ribeiro Filho; o diretor da Fundação Cultural de João Pessoa, Chico César, e a cantora e compositora Sandra de Sá.

CCJ Incentivo à leitura

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL) e o que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

CAS Isenção de contribuição para aposentado

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que isenta das contribuições os aposentados que continuam ou voltam a trabalhar em atividade abrangida pelo Regime Geral da Previdência Social. Outra proposta proíbe a consulta aos cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito, públicos e privados, para fins de admissão de empregados.

CDH Sumiço de jovens em Luziânia

10h O desaparecimento de seis jovens em Luziânia (GO) é tema de debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Entre os convidados, o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto Teles; as deputadas Bel Mesquita e Andreia Zito; e o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller. Às 14h, nova audiência discutirá as dificuldades no exercício das atividades de oficial de justiça.

CPI da Pedofilia Ferramentas do Google em debate

10h Comissão discute a ferramenta Google Suggest e seus possíveis efeitos em matéria de pornografia infantil. Participam a coordenadora do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal, Priscila Schreiner, o delegado da PF Carlos Sobral e o diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil, Thiago Nunes.

CMA Controle de obras inacabadas

14h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate o projeto (PLS 58/08) que trata do controle de obras públicas inacabadas, que poderá ser votado em seguida. Participam da reunião André Luiz Mendes, secretário de Fiscalização de Obras do TCU, e Wagner Rosa da Silva, da Secretaria Federal de Controle Interno.

CPI do MST Representantes de cooperativas depõem

14h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST ouve os representantes da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Ademar Paulo Ludwig Suptitz, e do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac), Gustavo Gomes de Moura.

Publicações Câmara e Senado selam acordo

15h30 Assinatura de acordo de cooperação técnica entre as áreas de publicação da Câmara e do Senado com o objetivo de promover a distribuição conjunta de publicações editadas pelas duas Casas.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Comissões de Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos reúnem-se na terça-feira para debater denúncias do Ministério Público de São Paulo

Comissões devem ouvir dirigentes da Bancoop



Renato Casagrande preside a CMA, que fará reunião com a CDH

Marc Kalne DUAS COMISSÕES DO Senado devem ouvir, na próxima terça-feira, os envolvidos em denúncias de irregularidades na aplicação de recursos da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) que já havia sido aprovado, na semana passada, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Com essa decisão, a audiência pública será realizada em conjunto.

Alvaro também foi autor de

proposta para que as denúncias fossem objeto de investigação por parte da CPI das ONGs.

Um dos convidados é João Vaccari Neto, que foi presidente da Bancoop. Em investigação comandada pelo promotor José Carlos Blat, também convidado para a audiência, Vaccari e outros dirigentes da Bancoop foram apontados como responsáveis por esquema de desvio de recursos da cooperativa para o caixa dois de campanhas do PT.

A lista de convidados inclui ainda Luiz Malheiro, irmão de Hélio Malheiro, morto em acidente automobilístico em

2004 e que antecedeu Vaccari na presidência da Bancoop. Luiz Malheiro, hoje inscrito em programa de testemunhas do governo paulista, teria relatado ao Ministério Público estadual que vários cheques da cooperativa foram transferidos para uma ONG organizada pelo falecido irmão.

Outro a ser ouvido é o corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro. Ele teria fornecido ao Ministério Público detalhes sobre mecanismos utilizados para desviar recursos para o caixa clandestino das campanhas eleitorais.

A lista se completa com o

nome do advogado da Bancoop Pedro Dallari, sugerido por Cristovam Buarque (PDT-DF) na reunião em que a CDH aprovou a solicitação de Alvaro Dias para a audiência pública.

Pelas investigações já realizadas pelo Ministério Público, a Bancoop havia recebido socorro financeiro de R\$ 26 milhões garantido por três fundos de pensão de empresas estatais: Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social) e Funcef (Fundação dos Economistas Federais), dos servidores da Caixa Econômica Federal.

Depoentes do caso Bancoop não comparecem à CPI das ONGs

A CPI das ONGs não conseguiu ouvir ontem os depoimentos do ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do promotor de Justiça José Carlos Blat. A expectativa era de que ambos falassem sobre denúncias de irregularidade na aplicação de recursos de fundos de pensão públicos da cooperativa.

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CPI, Vaccari Neto justificou a ausência alegando que seu advogado está em viagem aos Estados Unidos. Nova convocação do ex-presidente da Bancoop deve ocorrer após o dia 5 de abril, conforme adiantou Heráclito.

Já o promotor José Carlos Blat, responsável pela apuração do caso pelo Ministério Público de São Paulo, não pôde atender ao convite da CPI por estar realizando diligências relativas à quebra dos sigilos bancário e fiscal de Vaccari Neto e de outro dirigente da Bancoop.

Após Heráclito esclarecer os motivos do não comparecimento de Vaccari Neto e de Blat, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou dois requerimentos: um solicitando o cancelamento dos pedidos de depoimento do ex-presidente da Bancoop e do promotor de Justiça e outro reivindicando o agendamento da leitura e apreciação do relatório final da CPI para 6 de abril.

Heráclito aguarda acordo sobre depoimentos

O presidente da CPI que investiga as organizações não governamentais (ONGs), Heráclito Fortes (DEM-PI), cancelou a reunião da tarde de ontem. O cancelamento, informou, foi feito a pedido do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para que haja um acordo entre as lideranças sobre o depoimento do ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do promotor de Justiça José Carlos Blat.

Segundo Heráclito, o líder do governo propôs anular a ata da reunião da CPI da semana passada, que aprovou a convocação dos dois depoentes a partir de requerimentos de Heráclito e do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– O dia que você anula uma ata de comissão, você acaba com o processo legislativo – afirmou Heráclito, em entrevista após o cancelamento da reunião.

Para Alvaro Dias, a desconvocação dos dois depoentes “beira o ridículo”. Ele disse que tal medida iria desgastar mais ainda a imagem do Parlamento.

– É um equívoco enorme. Não há precedente – afirmou.



Jucá: “Não podemos ficar aprovando requerimentos por conta de disputa política”

Instância apropriada para ouvir Vaccari é a CMA, sustenta Jucá

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que a instância apropriada para ouvir o depoimento do ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, no Senado, é a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle.

– Não podemos ficar aprovando requerimentos em várias comissões por conta da disputa política. Se há a disputa de desvio de recursos públicos, a instância correta é a Comissão de Fiscalização

e Controle – disse, repetindo o que já havia sido recomendado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Além da CPI das ONGs, Vaccari e outros envolvidos no caso da Bancoop foram convocados a depor na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Requerimento de mesmo teor apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foi rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Heráclito (E) e o relator, Inácio Arruda, que quer encerrar os trabalhos da CPI

Alvaro Dias: governo achincalha Legislativo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo por tentar “desconvocar” João Vaccari Neto na CPI das ONGs.

– É mais um procedimento que achincalha o Legislativo. Isso é imoral. Este governo termina, mas e se o próximo gostar disso? Vamos estabelecer o precedente de amesquinhar quem faz oposição, em neutralizar a minoria? – opinou Alvaro Dias.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) lamentou que o governo tenha “desmoralizado” o instituto da CPI, “que hoje não serve para investigar mais nada”, pois a maioria parlamentar não permite sequer que sejam feitas convocações de pessoas sob suspeita. José Agripino (RN), líder do DEM, lembrou que as CPIs “são um mecanismo das minorias para defender a sociedade”, mas o governo federal vem impedindo que ele funcione.

Alvaro Dias condenou decreto assinado pelo presidente Lula nesta semana concedendo o que ele chamou de “bolsa



Alvaro critica “bolsa combustível” criada por Lula

combustível” para funcionário comissionado federal que usar o carro próprio ao trabalhar. O auxílio será de no máximo de R\$ 327 por mês e a chefia do funcionário terá de atestar que ele teve que se deslocar para trabalhar.

– Por que só agora? Por que no mês de março do ano da eleição? O objetivo não seria abastecer os veículos dos governistas de confiança na campanha eleitoral? – indagou o senador.

Alvo é a impunidade nos crimes de colarinho branco

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ontem a apresentação de projeto que altera a Lei da Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92). O objetivo, disse ele, é aperfeiçoar a lei e acabar com a impunidade nos crimes de colarinho branco. A lei em vigência, justificou o senador, tem “exagerada complexidade processual” e gera impunidade.

– A morosidade do Judiciário não pode continuar sendo aliada da impunidade contra a administração pública. Por isso, as demandas contra atos de improbidade devem ser tratadas, processadas e julgadas por unidades judiciais especializadas, bem estruturadas e com exclusividade no trato das questões revestidas dessas temáticas



Roberto Cavalcanti anuncia projeto de lei

– argumentou.

De acordo com o projeto, autoridades que deixarem o cargo e perderem a prerrogativa de foro privilegiado responderão por ato de improbidade administrativa. – Se o agente político se desligou do cargo que lhe conferia prerrogativa, não há impedimento para que esteja sujeito à aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa. Não faz sentido algum ser-lhe conferida imunidade sem previsão constitucional – afirmou.

Cassol celebra chegada de ferrovia a Palmas



A Ferrovia Norte-Sul, que começa no litoral do Maranhão, chegará a Palmas em novembro próximo, comemorou o senador Sadi Cassol (PT-TO). Ontem, o presidente Lula iria inaugurar mais um trecho de 100 quilômetros da ferrovia, entre Guaraí e Colinas (TO), mas uma forte chuva na região impediu o voo do helicóptero que levaria o presidente.

Cassol também comunicou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC 2/10) estabelecendo que os órgãos que fizerem concurso público terão de pagar, no mínimo, o piso salarial da categoria naquele estado.

Papaléo celebra criação de Ride no Amapá



O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) agradeceu ontem a aprovação pelos senadores do PLS 11/05 – Complementar, que cria a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de Macapá e Santana e institui o Programa Especial de Desenvolvimento nas duas cidades amapaenses.

– A criação da Ride nos dois municípios mais populosos do Amapá certamente contribuirá para a resolução dos graves problemas urbanos que os afligem, tornando mais articulada a execução de planos, programas e projetos – justificou.

Serys aplaude início de obra em rodovia

Serys Silhessarenko (PT-MT) comemorou a expedição de licença do Ibama para as obras de duplicação das BRs 163 e 364, entre o Posto Gil, em Diamantino (MT), e Rosário Oeste (MT). É o primeiro dos cinco trechos dessas rodovias que serão duplicadas. A obra, de R\$ 227 milhões, integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desde 2008.

Serys explicou que a duplicação vai reduzir o preço do frete e aumentar a competitividade dos produtos de Mato Grosso, já que, hoje, o tráfego está totalmente saturado.

Heráclito: PI tem contas bloqueadas

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou ontem que o Piauí está sofrendo bloqueio de contas bancárias para honrar débitos trabalhistas e com fornecedores. Ele disse temer problemas no pagamento de salários aos servidores públicos e lamentou o descaso com que o estado é tratado pelo governo federal.

Heráclito comentou notícias de que o presidente Lula vai tentar convencer o governador Wellington Dias a se candidatar ao Senado.

– Quero fazer um apelo ao presidente Lula para que aproveite essa visita e libere recursos para o estado do Piauí.

Marisa Serrano chama PAC 2 de obra eleitoreira do governo

Senadora critica lançamento de programa que prevê obras para o período de 2011 a 2014 orçadas em R\$ 1 trilhão que devem ser realizadas pelo próximo governo

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS) acusou o governo federal de realizar uma manobra eleitoreira com o lançamento de um novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), chamado de PAC 2, anunciado para a próxima segunda-feira. As obras, previstas para 2011-2014, custarão R\$ 1 trilhão e deverão ser realizadas pelo próximo governo.

– Qual a razão? Não achei outra razão que não fosse o fortalecimento do discurso eleitoral – disse ela, lembrando que o PAC 2 será lançado às vésperas de a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deixar o cargo.



Marisa Serrano alerta para dívida já existente do PAC, de R\$ 35 bilhões

Marisa informou que o próprio comitê gestor do PAC 1 divulgou nesta semana um balanço das

obras segundo o qual 54% dos 12.163 empreendimentos contratados não foram concluídos. Ela disse também que, conforme a Organização Não Governamental Contas Abertas, somente 11,3% das obras iniciadas em 2007 foram concluídas.

– Meu partido é a favor do investimento. O que nós somos contra é a politicagem que se pratica para o engodo do povo brasileiro.

A senadora referia-se à dívida já existente do PAC, de R\$ 35 bilhões, que, se for somada a esse novo investimento, avalia ela, deixa uma situação difícil de ser exequível pelo governo que assumir.

César Borges cobra inclusão dos portos baianos no PAC 2

César Borges (PR-BA) apelou ontem ao governo federal para que os projetos de melhoria e ampliação dos três portos da Bahia (Salvador, Aratu e Ilhéus) não fiquem de fora do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Ele disse ter informações de que o governo dará prioridade a obras em outros portos.

– Isso é inadmissível. A Bahia

está perdendo investimentos privados por causa da falta de obras nos seus portos, que são da responsabilidade federal. Faço um apelo ao ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos, para que não deixe de lado os projetos da Bahia – disse, ressaltando que o estado está perdendo cargas para Pernambuco e Ceará e lembrando que, para atrair a Ford, o governo



César Borges diz ter informação de que governo dará prioridade a outros portos baiano gastou R\$ 50 milhões para oferecer um terminal portuário exclusivo para a montadora.



Tião Viana lê carta que será encaminhada a ministros

Tião Viana destaca reivindicação da Sociedade de Hepatologia

Tião Viana (PT-AC) leu carta em que a Sociedade Brasileira de Hepatologia reivindica a expansão e a democratização do acesso dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) àquela especialidade.

A entidade, disse o senador, também defende

uma ampliação do quadro de especialistas, para assegurar atendimento a 8 milhões de brasileiros com doenças do fígado. A carta será encaminhada aos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad.

Regras devem fortalecer terceiro setor, diz senador

Flávio Arns sugere mobilização de entidades comunitárias

Flávio Arns (PSDB-PR) sugeriu que as entidades do chamado terceiro setor (comunitárias e sem fins lucrativos) se mobilizem em busca de uma regulamentação “tranquila, serena e segura” da Lei 12.101/09, que trata da certificação

das entidades beneficentes de assistência social. A lei cria exigências e pré-requisitos para essa certificação e as entidades devem apresentar sugestões a fim de que a regulamentação reflita as necessidades da área.

Gurgacz pede fim de greve nas escolas



Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que o governo de Rondônia e os professores da rede estadual de ensino precisam chegar a um consenso sobre negociação salarial para pôr fim a uma greve que já dura 13 dias.

O senador explicou que os professores pedem reajuste salarial para compensar perdas acumuladas nos últimos oito anos. O governo, por sua vez, alega que os professores recebem acima do piso nacional e que a categoria obteve ganhos reais nos últimos anos. O salário de um professor da rede pública em Rondônia é de R\$ 1.400, disse Acir Gurgacz.

Flexa relata viagem ao interior do Pará



Em viagem no último fim de semana a municípios do sul do Pará, políticos do PSDB e do PPS ouviram reivindicações e sugestões para um eventual programa para o governo do estado, informou ontem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que lamentou a “situação de abandono” a que a atual administração “condena a região”.

– Lamentavelmente, as reivindicações, por onde temos passado, são feitas pela falta de presença do Estado na saúde, na segurança, na educação. São as mesmas, quase que repetidas por todas as vilas e sedes de municípios – disse.

Líder diz que, se não houver entendimento sobre *royalties* até maio, dispositivo poderá ficar para depois das eleições, mas sugestão é rechaçada pelo líder do PSDB

Governo busca acordo, mas admite novo projeto

A BASE GOVERNISTA tentará construir, até o início de maio, um acordo sobre a distribuição entre União, estados e municípios, dos *royalties* do petróleo na camada pré-sal. Caso não seja possível, os dispositivos que tratam dos *royalties* poderão ser excluídos do projeto que define o regime de partilha para a exploração em águas ultra-profundas – e votados somente após as eleições.

A proposta foi apresentada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), durante encontro de nove senadores da base aliada com o presidente Lula anteontem. O líder adiantou à Agência Senado que buscará um entendimento até a data limite para a votação na Casa dos projetos que regulamentam a exploração do pré-sal, todos em regime de urgência constitucional.

Em discurso pronunciado ontem no Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que o bloco oposicionista não aceita nem a urgência (votação em 45 dias) nem o adiamento do debate sobre *royalties*.

– Não vamos colocar eleição como impedimento, nem como recurso, nem como subterfúgio para nada. O Brasil tem de enfrentar os seus problemas com ou sem eleição. Isso não nos interessa e não deve interessar a um país que tem preocupação com uma política energética séria.

Segundo ele, o senador Tas-



Jereissati (à direita, com Jucá) está concluindo proposta que poderá atrair consenso, mas sem prejudicar estados produtores

so Jereissati (PSDB-CE) está finalizando uma proposta que poderá atrair o consenso de forma que “todos os Estados participem das riquezas”, mas sem prejudicar “dois Estados queridos, importantes para o País, como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo”.

Na reunião com os senadores, Lula ressaltou a sua preocupação em manter a unidade da base e recomendou a busca do consenso para evitar que disputas regionais coloquem em risco a aprovação dos projetos.

– Lula disse que o ponto principal não são os *royalties*, mas a

partilha. O que é principal está sendo visto como secundário – relatou Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Um novo acordo, informou, poderá surgir a partir de emendas do relator do projeto na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), derrubadas com a aprovação da proposta do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para redistribuição do total dos *royalties* entre estados produtores e não produtores.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que apresentará emenda para criar uma compensação temporária da

União aos estados produtores, cujos representantes defendem a rejeição da Emenda Ibsen.

– Hoje, temos sete senadores que não vão aceitar votar nada antes disso – garante Marcelo Crivella (PRB-RJ), também presente ao encontro com Lula, referindo-se aos senadores do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e a Romeu Tuma (PTB-SP).

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu uma solução que contemple especialmente os estados mais pobres.

– Se não fizermos isso, daqui a pouco vamos ter uma guerra de secessão – alertou.

Collor defende votação em regime de urgência

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), defendeu, em entrevista à Agência Senado, a urgência constitucional de 45 dias para votação dos quatro projetos de lei do pré-sal, que já estão no Senado, o respeito aos contratos assinados e o direito do Rio de Janeiro e do Espírito Santo de manter as compensações que têm como estados produtores.

Collor informou que o primeiro dos projetos, que cria a Petro-Sal, deverá ser votado até 19 de abril, ou a pauta ficará trancada. Ele defendeu os projetos da forma que vieram do Executivo, sendo favorável apenas à mudança de nome da empresa que vai gerir os contratos.



Para Collor, os estados produtores devem ter compensações asseguradas

Arthur Virgílio: PSDB não aceita discutir em regime de urgência



Arthur Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), avisou ontem ao governo federal que seu partido não admitirá discutir os projetos do pré-sal em regime de urgência. Ele disse também que o PSDB só concordará em participar dos debates se a questão dos *royalties* for tratada juntamente com os demais projetos sobre o novo regime de exploração a ser implantado.

– Temos pressa sim, mas não a pressa humilhada de votar em 45 dias, votando errado e não saindo um bom projeto. O projeto do governo tem defeitos que precisam ser corrigidos num esforço de Brasil. Nossa disposição é essa. Então, solicito que a liderança do governo já reflita, discuta e diga que haverá muito embaraço para a votação da matéria, se não for retirada a urgência – alertou.

Para Inácio Arruda, oposição discute uma questão secundária



Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) criticou os partidos de oposição no Senado por fugirem ao debate, para ele fundamental, sobre o novo modelo de exploração, baseado nos contratos de partilha. Na opinião do senador, o problema da distribuição de *royalties*, tornado central pela oposição na apreciação dos projetos do pré-sal pelo Senado, é “apenas secundário”, e utilizado como pretexto para evitar a discussão relevante.

– Ao trazer para o centro algo que é só a aparência do problema, deixando a essência de lado, o problema central fica de lado – disse.

Inácio Arruda lamentou que a questão dos *royalties* e das participações especiais esteja sendo colocada na mesa como central, colocando “senador contra senador, estado contra estado”.

Mão Santa diz que recursos poderão diminuir desigualdades



Mão Santa

A utilização dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal para diminuição das desigualdades regionais foi defendida pelo senador Mão Santa (PSC-PI).

– Não poderia deixar de advertir o Congresso sobre a oportunidade de diminuir as desigualdades, exigência da Constituição – enfatizou o parlamentar. Mão Santa ponderou que atualmente a renda *per capita* no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país é dez vezes maior do Nordeste. Ele vê, na discussão dos recursos do pré-sal, uma maneira de o Senado corrigir essas distorções.

Para isso, o senador defendeu a retirada do regime de urgência das propostas, para que possam ser aperfeiçoadas pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), entre outras.

Casagrande: Senado precisa rediscutir divisão dos recursos do petróleo

A divisão igualitária dos *royalties* oriundos da exploração do petróleo desequilibra a Federação e, por isso, é inconstitucional, além de ser ilegal, porque rompe contratos passados, afirmou ontem Renato Casagrande (PSB-ES). A medida foi aprovada pelos deputados, por meio de emenda ao PLC 16/10.

– Essa emenda tem que ser rediscutida aqui no Senado. Teremos que buscar o entendimento entre os senadores de todos os estados para que o Brasil possa ter na riqueza do petróleo um mecanismo de desenvolvimento mais adequado do que tem hoje – disse. Sem esse entendimento, a matéria poderá sofrer veto presidencial ou acabar questionada na Justiça, acredita.

– O petróleo é uma riqueza da União, é uma riqueza do Estado brasileiro, que pertence a todos os brasileiros como qualquer outra riqueza localizada no nosso subsolo, qualquer outro mineral. Mas os *royalties* são recursos de compensação da atividade de exploração do petróleo.

Valadares apoia retaliação comercial aos EUA



Antônio Carlos Valadares

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou ontem apoio total à decisão do governo brasileiro de, autorizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), sobretaxar pelo menos 100 produtos importados dos Estados Unidos. A medida é uma retaliação aos subsídios concedidos aos produtores de algodão pelo governo norte-americano, o que vinha prejudicando os algodozeiros brasileiros. Valadares também criticou as barreiras impostas pelos Estados Unidos ao suco de laranja e ao etanol brasileiros.

Goellner: burocracia atrapalha obras no país



Gilberto Goellner

Gilberto Goellner (DEM-MT) responsabilizou a falta de coordenação entre os órgãos governamentais pelo estado precário das rodovias federais e pela paralisação de outras obras de infraestrutura. Para ele, isso ocorre em todo o país e, em particular, em Mato Grosso. O senador disse que há demora para a liberação de licenças ambientais, o que levaria a agricultura brasileira e o país a perder competitividade devido à falta de logística e de infraestrutura de portos fluviais e marítimos e de investimento em ferrovias e transporte aquaviário.

Senadora afirma em debate na CDH que avanço do plantio de soja e de cana-de-açúcar, associado ao crescimento da pecuária, vem expulsando grupo indígena de suas terras



Na audiência da Comissão de Direitos Humanos, Marco Antonio de Almeida, Paulo César Zeni, Marina Silva e José Antonio Roldão

É grave a situação dos índios guarani-kaiowás, diz Marina

A SENADORA MARINA Silva (PV-AC) cobrou do governo federal solução para os problemas enfrentados pelos índios guarani-kaiowás em Mato Grosso do Sul. Segundo afirmou, o avanço do plantio de soja e de cana-de-açúcar, associado ao crescimento da pecuária, vem provocando a expulsão dos índios de terras que ocupam há décadas, até mesmo de forma violenta.

Ela fez as afirmações durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a situação daqueles indígenas, que reuniu representantes do governo, especialistas e autoridades de Mato Grosso do Sul.

Marina disse que o agravamento dos conflitos vem fazendo com que muitos guarani-kaiowás deixem suas terras, gerando desa-

gregação cultural e dificuldades de emprego e sobrevivência. Com isso, problemas como o alcoolismo e a desnutrição cresceram entre eles e aumentou o número de suicídios.

O procurador federal do município de Dourados (MS) Marco Antonio de Almeida reconheceu que o problema é de difícil solução, já que as terras tiveram valorização com a expansão das fronteiras da cana-de-açúcar, para produção de etanol, e da soja.

A maioria dos empreendimentos, conforme salientou, recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o procurador, tais empreendimentos são legais. No entanto, ele defendeu a priorização dos recursos do banco para os índios.

Já o antropólogo Rubens de Almeida sugeriu a realização de um profundo estudo técnico e antropológico para identificar as origens das terras reivindicadas pelos indígenas e sua extensão, entre outros aspectos.

José Antonio Roldão, presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, garantiu que o governo do estado está empenhado em resolver a situação dos índios, "respeitando a cultura e resgatando a dignidade de cada comunidade".

Roldão explicou que o governo local vem colocando em prática programas de atendimento a várias comunidades indígenas, com distribuição de alimentos, fortalecimento da produção agrícola e construção de casas e de escolas.

Novo Código de Processo Civil poderá prever ação coletiva

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil (CPC) reuniu-se ontem para discutir sugestões a dois institutos que estão sendo considerados fundamentais para tornar mais rápido o trabalho da Justiça: o incidente de coletivização e as simplificações no capítulo do Processo de Conhecimento.

O objetivo do incidente de coletivização é transformar em uma única ação coletiva processos individuais semelhantes, para acelerar o trabalho da Justiça. Sempre que uma nova ação surgir sobre algum assunto já decidido por incidente de coletivização – como a contestação de assinatura básica de telefonia, a decisão já produzida será automaticamente aplicada, sem a necessidade de tramitar novamente pela Justiça.

Medida a ser aplicada somente em litígios que possam ser considerados de massa, o incidente de coletivização tem o objetivo ainda de evitar que ações semelhantes resultem em decisões diferentes, conforme

entendimento de cada juiz responsável pela ação.

O Processo de Conhecimento, já previsto no atual código (Lei 5.869/73), é a fase introdutória do processo, quando o juiz toma conhecimento do assunto e das alegações das partes. Entre os cinco livros que compõem o atual CPC, é o maior, e suas normas se aplicam aos demais quando não houver norma específica em contrário.

Entre as alterações propostas, estão a ampliação dos poderes do magistrado, a extinção dos chamados incidentes processuais e a determinação de que os prazos processuais passam a correr somente em dias úteis.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, presidente da comissão, lembrou que várias outras alterações estão sendo propostas ao atual código, entre elas a limitação do agravo de instrumento, a uniformização da regulação dos recursos, a agilização do processo de execução, a eliminação de vários procedimentos processuais e a suspensão do livro de tutela cautelar.



Comissão presidida por Luiz Fux trabalha na compilação das sugestões recebidas

Suplicy defende mais casos de aplicação de pena alternativa

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem que os parlamentares, ao elaborarem legislação de matéria penal, reduzam os casos de imposição de penas restritivas de liberdade, em favor da aplicação de penas alternativas. Essa é a tendência em países como Canadá, Finlândia, Estados Unidos, Holanda e África do Sul.

– Que nossos juízes possam aplicar as mais variadas formas de penas alternativas – propôs.

Em apoio à sua tese, Suplicy utilizou o resultado de pesquisa realizada pelo Grupo Candango de Criminologia, da Universidade

de Brasília, que, entre 1997 e 1999, avaliou 407 fichas criminais de presos por furto e roubo no Distrito Federal e concluiu que os apenados que receberam penas alternativas reincidiram menos e foram mais facilmente reinseridos na sociedade. A pesquisa mostra que 24,2% dos presos que tiveram penas alternativas voltaram a cometer delitos, enquanto a reincidência entre os que cumpriram pena em regime fechado chegou a 53,1%.

A adoção de penas de prestação de serviços, o pagamento de cestas básicas a instituições beneficentes ou a restrição de



Eduardo Suplicy destaca resultados positivos revelados por pesquisa

determinados direitos, como a suspensão da carteira de motorista por tempo determinado, reduziram a reincidência de crimes em proporção superior à dos presos que cumpriram pena em regime fechado, comparou o senador.

Proposta fica pronta em abril

A Comissão de Juristas foi criada em setembro de 2009 pelo presidente do Senado, José Sarney. Composta por 12 membros, entre juristas e acadêmicos, tem realizado audiências públicas em várias capitais, para colher opiniões sobre mudanças na legislação processual.

Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro e Brasília já sediaram as discussões, que ocorrerão ainda em São Paulo (26 de março), Manaus (9 de abril), Curitiba (15 de abril) e Porto Alegre (16 de abril). Os trabalhos da comissão estão previstos para terminar no dia 27 de abril, com a apresentação, votação e encaminhamento do relatório final ao Senado, mas o ministro Luiz Fux tem afirmado que, se necessário, solicitará prorrogação dos prazos.

O anteprojeto do novo CPC tramitará inicialmente no Senado como projeto de lei. Conforme o Regimento Interno da Casa (artigo 374), será designada uma comissão especial temporária com 11 membros para o estudo do texto, ao qual serão anexadas todas as demais propostas em tramitação no Congresso.

A proposta segue depois para o Plenário, para votação em turno único. Antes de seguir para a Câmara, retorna à Comissão Especial para redação final. Se houver modificação na Câmara, o texto passará por nova análise da Comissão Especial do Senado e posterior votação em Plenário antes de ser encaminhado à sanção do presidente da República.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Slhessarenko • Inácio Arruda • Marco Maciel • Romeu Tuma • Marconi Perillo • Sadi Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Casagrande anuncia que apresentará parecer contrário à proposta que concede à União domínio de recursos hídricos que estão debaixo da terra

Quem deve controlar as águas subterrâneas?

UM DEBATE PROMOVIDO ontem no Senado levou o senador Renato Casagrande (PSB-ES) à decisão de apresentar parecer contrário à proposta que concede à União o domínio das águas subterrâneas.

Para Renato Casagrande, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), houve “um raro consenso” entre os expositores. Eles consideraram a mudança de titularidade da maior parte das águas subterrâneas em favor da União, expressa na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/00, uma medida incapaz de resolver os problemas de gestão das águas no país.

Para debater o gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas do Brasil, a comissão realizou audiência pública com o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Varella, o presidente da Associação Brasileira das Águas Subterrâneas (Abas), Everton Luiz Costa Souza, e Breno Lasmar, representando o Instituto Nacional de Gestão das Águas e Clima (Ingá).

– Diante dessa sintonia de opiniões, decidi apresentar parecer contrário à PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e defender que os aperfeiçoamentos necessários ao setor se façam no âmbito da Lei 9.433/97 [que trata do gerenciamento dos recursos hídricos] ou até mesmo através de resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – afirmou Casagrande, lembrando o Dia Mundial da Água, celebrado na terça-feira.

Aquíferos

Para o diretor da ANA Paulo Varella, a gestão das águas subterrâneas precisa ser descentralizada, integrada e articulada



Audiência na Comissão de Meio Ambiente reúne Breno Lasmar (E), Everton Luiz Costa, senadora Marisa Serrano, Paulo Varella e senador Flávio Arns (D)

Tesouro escondido

Aquífero Guarani, principal do país, abrange oito estados

- ◆ **Área: 1,2 milhão de km²**
- ◆ **Países: Brasil (840 mil km²), Argentina (225,5 mil km²), Paraguai (71,7 mil km²) e Uruguai (58,5 mil km²)**
- ◆ **Estados: MT, MS, GO, MG, SP, PA, RS e SC**
- ◆ **Capacidade de fornecimento: 43 trilhões de m³ de água por ano**



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA)

entre municípios, estados e União. Nesse sentido, disse, a PEC caminha na direção inversa ao conceder todo o domínio das águas subterrâneas à União, mantendo para os estados apenas a titularidade dos aquíferos circunscritos em seus respectivos territórios, observou.

Ele explicou que, no Brasil, há um potencial imenso de águas subterrâneas, sendo o maior aquífero o Guarani, que permeia oito estados brasileiros e três países.

Segundo Everton Luiz Costa Souza, presidente da Abas, os aquíferos têm fluxos sem controle definido, pois o escoamento é difuso.

Everton afirmou que, em questão de horas, por ação de um poço muito profundo, as águas subterrâneas podem mudar seu fluxo. Ele defendeu um maior controle sobre os 400 mil poços artesianos do país, hoje quase inexistente.

Gestão participativa

Breno Lasmar defendeu o incentivo à gestão descentralizada e participativa das águas entre estados, municípios e União lembrando que a Agência Nacional de Águas, agora com dez anos de criação, começa a mostrar maturidade.

Para o representante do Ingá, os gestores estaduais devem ser fortalecidos e, para isso, precisam de corpo técnico especializado. Ele afirmou que os modelos de produção agrícola precisam proteger os recursos hídricos e não colaborar para dilapidá-los.

Flávio Arns (PSDB-PR) disse que o uso correto da água é fundamental nos dias de hoje. Para o senador, a Constituição não precisa ser mudada, mas a Lei 9.433/97 precisa ser aperfeiçoada. “Parece-me claro que colocar o domínio de todas as águas subterrâneas sob controle da União será um retrocesso.”

Aprovada isenção de IPI para empresas de reciclagem

As empresas que realizam atividades de reciclagem podem ser isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com projeto (PLS 510/09) de Serys Slhessarenko (PT-MS) aprovado ontem pela CMA, o benefício deve incidir sobre resíduos recicláveis e sobre bens elaborados por empresas recicladoras quando esse tipo de insumo representar até 70% do custo total das matérias-primas empregadas.

O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), avalia que o governo já vem concedendo benefício fiscal às empresas que usam resíduos recicláveis na produção, na forma de crédito presumido de IPI na aquisição dessas matérias-primas. No entanto, o incentivo só é válido para empresas que adquirem



Para Serys Slhessarenko, benefício deve ampliar reciclagem no país

os insumos de cooperativas de catadores com associados individuais. É essa deficiência que está sendo corrigida, afirmou.

Psicólogas depõem sobre suposto abuso de menor na Bahia

A CPI da Pedofilia ouviu ontem os depoimentos das psicólogas Nilza Brito dos Santos Andrade e Valquíria Bezerra Galeão sobre o suposto abuso de menor que teria ocorrido na cidade de Paulo Afonso (BA). Valquíria Galeão atendeu como paciente Rosângela Paiva Matias Barbosa, que acusou o ex-companheiro Jesualdo Fernandes Costa Filho de assediar o filho deles, de 4 anos.

Tanto Jesualdo quanto Rosângela já prestaram depoimento à CPI na semana passada. Rosângela sustentou a acusação e Jesualdo negou veementemente que tenha agredido o próprio filho. Valquíria também atendeu Jesualdo como paciente, durante o tratamento de Rosângela.

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), conduziu a reunião e lembrou que o colegiado vem investigando o caso e está perto de esclarecer se trata-se de um real caso de pedofilia ou de uma falsa comunicação de crime por parte de Rosângela.



Nilza Brito (E) e Valquíria Galeão desconfiam que criança pode ter sido manipulada para fazer acusações ao pai

la. A psicóloga Tatiana Hartz, que acompanha os trabalhos da CPI, também participou da reunião.

Nilza Andrade atendeu como paciente o filho do casal que teria sofrido abusos. Tanto Valquíria quanto Nilza relataram alguns aspectos de suas experiências com os membros dessa família. Ambas disseram ser possível que a criança tenha sido manipulada e persuadida a acusar o pai, por ela ter usado,

nos encontros com as psicólogas, várias vezes um vocabulário não adequado para uma criança pequena.

Palestra

Hoje, às 10h, a CPI da Pedofilia promove um debate sobre a ferramenta Google Suggest e seus possíveis efeitos em matéria de pornografia infantil em meio virtual.

O encontro contará com a participação da coordenadora

do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal, Priscila Costa Schreiner; do delegado da Polícia Federal Carlos Eduardo Miguel Sobral; do diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais da Google Brasil, Ivo da Motta Azevedo Correa; do presidente da SaferNet Brasil, Thiago Nunes, e do coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Augusto Cesar Gadelha Vieira.

Conselhos tutelares podem ganhar homenagem

O dia 13 de julho – data em que há 20 anos foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) – poderá ser comemorado como o Dia Nacional do Conselho Tutelar, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A atuação do conselho tutelar foi definida por Flávio Arns (PSDB-PR) como essencial para assegurar o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, previstos no estatuto.

A presidente da CE, Fátima Cleide (PT-RO), também considerou o conselho tutelar a instância em que, de fato, os direitos das crianças e dos adolescentes prevalecem. Cada município deve ter no mínimo um conselho, definido pela lei como órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento do estatuto. Seus cinco integrantes são escolhidos pela comunidade local.

O projeto (PLC 23/09) será ainda examinado pelo Plenário.

Indenização de terras desapropriadas

VALTER PEREIRA (PMDB-MS) comunicou a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 17, de substitutivo de sua autoria a proposta de emenda constitucional que trata da desapropriação de imóveis em favor de comunidade indígena.

A PEC 3/04 altera o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que, segundo o senador, fere o direito à propriedade, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para permitir a indenização de terras demarcadas como reserva indígena sempre que seu título de posse seja "justo e legítimo".

Valter Pereira lembrou que o Supremo Tribunal Federal fez 18 ressalvas no voto sobre a desocupação de Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2009. Para o senador, a Funai continua agin-

do "como se nada tivesse acontecido e realizando as suas perícias Brasil a fora, especialmente em Mato Grosso do Sul".



Valter Pereira

Tuma cobra instalação da CPI dos Medicamentos

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu ontem a instalação no Senado da CPI dos Medicamentos, que mesmo criada no final do ano passado ainda não teve os membros indicados pelas lideranças partidárias.

Para Tuma, a CPI poderá prestar relevante serviço ao identificar e desbaratar quadrilhas sofisticadas que atuam na falsificação de remédios e equipamentos.

O parlamentar informou que o presidente do Senado, José Sarney, garantiu que fará as indicações.

– Temos visto várias falsificações, contrabandos, produções em países vizinhos de modo absolutamente inadequado, sem nenhuma higiene.



Romeu Tuma

Ministro da Agricultura informou que, além de uma nova agência de regulação, o governo pretende criar um órgão para gerenciar a exploração de potássio, fósforo e nitrogênio, de que o país é altamente dependente



Reinhold Stephanes (E) conversa com o presidente da CRA, Valter Pereira. À direita, Cláudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral



Stephanes anuncia criação de agência para regular produção de fertilizantes

ATÉ O FINAL DESTES MÊS será encaminhado ao presidente da República anteprojeto de lei propondo a criação de uma agência reguladora e de um órgão responsável pelo gerenciamento de medidas político-administrativas específicas para a exploração dos insumos utilizados na produção de fertilizantes. O anúncio foi feito ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

O ministro descartou a ideia de criar uma empresa estatal para explorar as jazidas minerais, pois a preocupação é equilibrar o jogo de mercado entre produtores e consumidores de fertilizantes. O Brasil, observou, é o único país altamente dependente da importação de insumos (nitrogênio, fósforo e potássio) para a produção de fertilizantes, apesar de ser grande exportador de alimentos.

– Não vamos explorar as jazidas, apenas gerenciar o processo. Pode ser uma companhia, secretaria ou departamento, mas que concentre inteligência, capacidade e seja pequeno – assinalou.

Os fertilizantes representam 30% do custo da produção agrícola e os preços têm grande flutuação, pois três países detêm quase 80% das jazidas de potássio e apenas duas empresas controlam a comercialização no mundo, salientou o ministro. A China, acrescentou, impõe 135% de alíquota sobre o fósforo importado pelo Brasil, pois suas jazidas devem durar entre 50 e 60 anos, enquanto os EUA guardam suas reservas.

– É uma questão seriíssima e os preços tendem a crescer. O governo decidiu considerar isso uma questão estratégica. Recebemos determinação do presidente da República para elaborar um programa de auto-suficiência de fertilizantes para

o Brasil, com uma legislação específica mais dinâmica – afirmou.

Fator ambiental

O ministro também chamou atenção para o fator ambiental na exploração de minérios. Segundo ele, o Brasil já dispõe de tecnologia para recompor florestas. Além disso, enquanto o Brasil impede a exploração em seu território, não cobra reciprocidade dos países de onde importa, disse, citando a Europa, que exige reciprocidade no rastreamento bovino devido à doença da vaca louca.

– Haverá pressão internacional, pois o aumento da oferta de potássio fará o preço cair – previu.

O Brasil tem grandes jazidas de fósforo que não estão sendo exploradas, segundo Stephanes, revelando que uma delas, localizada no sul do Pará, em Maicuru, teve suas atividades suspensas há 25 anos por decreto presidencial. Outras duas

jazidas localizadas em Pernambuco pertencem ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e foram detectadas ocorrências em Mato Grosso, mas faltam recursos para a pesquisa.

– Hoje, Mato Grosso importa fósforo do Marrocos, que chega através dos portos de Paranaíba ou Santos e, a um custo altíssimo, segue de caminhão até o estado – lamentou.

Jazidas de potássio

Stephanes disse que a grande surpresa foi a descoberta de enormes jazidas de potássio, que é o grande problema em matéria de fertilizantes para o Brasil, que importa 91% do minério. A jazida de Sergipe, com três grandes faixas de exploração, foi entregue à Vale, que explora apenas uma faixa e produz só 9% do que é consumido no país. Outra empresa está pesquisando a exploração em águas rasas do mar, informou o ministro.

Petrobras vai construir usinas para produzir ureia e amônia

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, confirmou que a Petrobras já assumiu o compromisso de construir duas usinas para a produção de ureia e amônia, componentes dos nitrogenados (nitrogênio, fósforo e potássio). Ele disse que a mineração pode ser feita de forma sustentável e citou como exemplo a mina de nióbio de Araxá (MG), que convive nor-

malmente com o balneário.

Em relação ao fosfato, Scliar disse que ainda não foi encontrada uma grande jazida no Brasil. Ele disse que a jazida de Maicuru, no Pará, não é grande e necessita de maiores pesquisas. O diretor informou que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) realizou estudo sobre cada direito minerário do Brasil, que proporcionou um aumento de 20% na produção de minérios.

– O problema é o potássio. Os dois depósitos de potássio no Brasil pertencem à Petrobras, pode-se dizer que já tem uma estatal cuidando deles. Um está com a Vale e o outro está em Nova Olinda e Itacoatiara (AM). É o filé mignon daquela área. Foi descoberto por poços de petróleo e dormiu em berço esplêndido até 2003. Desde então estamos tentando resolver a questão – afirmou.

Scliar disse que o ministro

Edison Lobão vai apresentar na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a proposta do novo marco regulatório para o setor mineral, que procura dar uma capacidade de regulação dos minérios no interesse do povo brasileiro.

– Temos todas as condições, os dois ministérios juntos [Minas e Energia e Agricultura], para resolvermos esses entraves no controle e na fiscalização dos insumos minerais – avaliou.

Aprovado na CMA, projeto proíbe concorrência desleal entre cartórios

Os tabeliães de notas serão impedidos de captar clientela fora de sua competência territorial, prevê projeto originário da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo texto (PLC 143/09), os tabeliães ficarão proibidos de usar agentes, prepostos e escreventes para abrir filiais, escritórios e

postos avançados de seus tabelionatos em outros municípios, para lavrar escrituras e executar outros serviços para os seus residentes.

Relator na CMA, Gilberto Goellner (DEM-MT) disse que a medida proposta terá enorme eficácia contra a concorrência desleal promovida por diversos cartórios, com práticas predatórias consideradas ilícitas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).



A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) inaugurou ontem os retratos dos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Gerson Camata (PMDB-ES) na galeria de ex-presidentes da comissão. A solenidade foi marcada pelo clima de despedida. Wellington Salgado afasta-se do Senado para dar lugar ao titular do posto, o ministro das Comunicações Hélio Costa, que retorna à Casa a fim de se desincompatibilizar e disputar as próximas eleições. Ele é pré-candidato do PMDB ao governo de Minas Gerais. Wellington Salgado também entra em campanha para a Câmara dos Deputados.